

[VLADIMIR SIBYLLA PIRES]

Museólogo (UNIRIO), com especializações em Sociologia Urbana (UERJ) e em Marketing (UCAM). Possui MBKM em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial (UFRJ/COPPE/CRIE) e mestrado em Ciência da Informação (IBICT/UFF). Foi, por quase doze anos, gerente dos departamentos de Marketing e Comunicação e de Relações Corporativas da grife carioca Osklen, onde implantou a área de Memória Empresarial. Atualmente, é doutorando em Ciência da Informação do convênio IBICT/UFRJ.

E-mail: sibylla_1968@hotmail.com

Museus no capitalismo cognitivo: para além do consumo cultural?¹

Museums in cognitive capitalism: beyond cultural consumption?

[80]

[resumo] A mudança de paradigma produtivo faz emergir um conjunto de conceitos que põem em xeque as formas segundo as quais encaramos o papel dos museus nos dias de hoje. A hegemonia das dimensões imateriais do trabalho, no âmago dessa mudança paradigmática, promove o deslocamento da centralidade que o objeto-significante possuía até então, impondo desafios analíticos em relação ao fenômeno-museu. O consumo cultural, atividade da qual os museus constituem uma parte importante, não se limita, hoje em dia, ao consumo de bens culturais, mas diz respeito às próprias formas de vida, ou seja, ao consumo de devires. Nesse sentido, quando as cidades espetacularizam-se a partir de projetos de revitalização urbana, os museus viram as novas fábricas – questão que está presente neste artigo.

[palavras-chave]

museu; capitalismo cognitivo; trabalho imaterial; consumo cultural.

[abstract] A paradigm shift in terms of production brings out a set of concepts that put into question the ways we consider the role of museums nowadays. The hegemony of the immaterial dimensions of work, the core of this paradigm shift, promotes the displacement of the centrality of the "object-signifier", imposing analytical challenges in relation to the museum as a phenomenon. Cultural consumption, activity of which museums are an important part, is not limited, nowadays, to the consumption of cultural goods, but relates to their own life forms, i.e., consumption of becomings. Thus, when cities become spectacles themselves due to urban revitalization projects, museums become the new factories – situation discussed in this article.

[key words] museum; cognitive capitalism; immaterial work; cultural consumption.

Um deslocamento, duas reduções e três considerações

Como decorrência do resumo deste artigo exposto anteriormente, fazem-se necessários um deslocamento e duas reduções. O deslocamento tem a ver com a própria temática da mesa à qual está circunscrito este texto. Vejamos: da forma como está construída, a frase "o devir do consumo" tem a sua ênfase neste "simples" ato cotidiano – consumir – e nos remete a uma ideia de futuro, ao seu porvir, às transformações que se encontram em operação ao seu redor. Tem a ver com tecnologias de informação e de comunicação. Tem a ver com identificação e análise de "tendências". Tem a ver com caminhos e cenários possíveis.

Mas, e se deslocássemos o foco do gesto para o responsável pelo gesto, do consumo para a subjetividade por trás desse consumo? Ou seja, e se levássemos em conta que "o devir do consumo" é, na verdade, "o consumo do devir"? Ou, mais precisamente, o "consumo de devires"? De tantos vires-a-ser quantos necessários para a sobrevivência, o crescimento e a perpetuação do capitalismo em novos moldes: em tempos de capitalismo cognitivo?

Esse é o deslocamento. Falemos agora das duas reduções. A primeira delas diz respeito à compreensão de museu que vamos hoje mobilizar. Para o fim a que se destina esta minha argumentação, basta reduzirmos toda sua diversidade e complexidade a uma visão de senso comum, quase mesmo ultrapassada: a de museu como agente e expressão de um poder que o instituiu.

Embora de inspiração grega, o museu que nos interessa é uma invenção da Idade Moderna que se estrutura em consonância com as grandes transformações ocorridas entre os séculos XV e XVIII na Europa: ascensão da burguesia, consolidação do capitalismo, formação dos estados nacionais, mas, sobretudo, a objetivação – ou, mais precisamente, a objetificação do mundo. Um processo sobre o qual se estruturou o *modus operandi* de nossa sociedade e a própria razão de ser dos museus.

Durante a consolidação, entre os séculos XVIII e XIX, do formato, conceito e funcionalidade que conhecemos hoje, os museus viraram parte de um dispositivo de saber e de subjetivação (se pensarmos em termos foucaultianos), e seus objetos expressavam a sacralização do exótico, do "outro", da *opera prima* e da *master piece*. Objetos-informantes, digamos assim, que serviam para contar uma história sobre algo ou alguém, geralmente sob o prisma do poder que os instituiu, que os dotou desta sua "capacidade de fala". Uma "central de cálculo", caso pensemos na proposição de Latour (1994), a circular informações para dentro e para fora de seu centro, conformando inscrições de "n" grandeza. Um formulador de saberes e discursos sobre temas, classes, povos e culturas poucos conhecidos... ou que se queriam distantes, tutelados, conformados, subjugados.

Ressalvadas todas as exceções que confirmam a regra, assim foi pelo menos até a década de 1970, quando a agudização dos problemas sociais advindos da crise geral no modo de produção fordista impôs à instituição-museu a reflexão sobre sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento social. A partir daí, a forma-museu diversificou-se, abrindo-se ao território e incorporando o vivencial, o experiencial e mesmo o espetacular. Depois disso, alguns museus até já nasceram como verdadeiras obras de arte. Outros viraram grifes e tornaram-se agentes do grande capital.

É o que observamos, por exemplo, com a implantação de uma das franquias mais famosas do Museu Guggenheim, a de Bilbao, na Espanha, em 1997. Ou, como podemos observar, de forma talvez ainda mais emblemática, no processo de implantação da primeira franquia do Museu do Louvre, em uma ilha dedicada à cultura em construção em Abu Dhabi, o mais rico dos Emirados Árabes – operação que rendeu US\$ 1 bilhão aos cofres franceses e que ocupará a ilha com outras instituições culturais, incluindo a quinta franquia do Museu Guggenheim (COUTO, 2010). Um complexo turístico e econômico, artificialmente edificado, ancorado em renomados arquitetos e em museus-grife, centrado no consumo cultural. Um modelo que nos faz lembrar o que disse Hugo Barreto, secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, ao se referir aos museus como as catedrais do século XXI: "eles atraem as pessoas não só pelo seu conteúdo, mas também pela sua representação simbólica na paisagem urbana" (citado por THIELMANN, 2009).

Porém, o que a fala dos apologistas da espetacularização das cidades não explicita – e é o que queremos chamar a atenção nesta breve argumentação – é que

este denominado "consumo cultural" não se restringe mais, nos dias de hoje, apenas ao consumo de bens culturais: não estamos falando apenas de ir ao cinema, comprar um livro ou visitar uma exposição. Nem se limita também ao consumo de "representações simbólicas na paisagem". Estamos falando, na verdade, de produção de formas de vida (COCCO, 2001). E, por isso mesmo, de seu consumo. Ou seja: consumo de devires. Mas por que isso?

Para avançarmos, tenhamos em mente três considerações: 1) por um lado, o fato de que, hoje em dia, deparamo-nos com mudanças estruturais no modo de produção e no regime de acumulação que fazem emergir um novo estágio do capitalismo, o cognitivo (LAZZARATO; NEGRI, 2001); 2) por outro, o fato de que, nessa mudança paradigmática, observa-se um deslocamento da esfera produtiva para as dimensões mais imateriais do trabalho, o que, por sua vez, faz demandar a mobilização de um quadro teórico-conceitual distinto do que vinha sendo empregado até então (CORSANI, 2003); e por fim, 3) o fato de que, em se mudando o paradigma produtivo e em se transformando o quadro teórico-conceitual mobilizado, torna-se necessário redimensionar nosso olhar sobre as dinâmicas que animam a metrópole global, em geral, e sobre o papel de várias de suas instituições diante dessas mesmas dinâmicas, em particular. Os museus aí incluídos.

O que podemos depreender da emergência do capitalismo cognitivo?

Ao falarmos das transformações no capitalismo contemporâneo, desejamos chamar a atenção para aqueles elementos que talvez possam ser vistos como partes de uma ruptura com a centralidade disso que aqui chamarei de "objetos-informantes" ou "objetos-significantes". Ruptura em função da qual seria necessária uma revisão do nosso olhar sobre o papel do museu contemporâneo.

Explicando melhor: desse nosso ponto de vista, um dos principais aspectos do projeto moderno ao qual esse museu está vinculado é aquele que vai do estabelecimento da clivagem entre cultura e natureza até a instauração, de um lado, de um sistema centrado na produção e circulação de objetos dotados socialmente de significado ("objetos-significantes", portanto) e, por isso mesmo, "autorizados a falar" sobre algo ou alguém (ou seja, "objetos-informantes"); e de outro, por extensão, das estruturas de mediação e representação com as quais tais objetos relacionam-se (universidades, bibliotecas, museus etc.). Um processo que passa pela racionalização e progressiva "objetificação" do mundo, pela conformação de um sujeito-criador, pelo sistemático estabelecimento de mecanismos de captura e privatização dos processos e produtos desse mundo "objetificado", pelo desenvolvimento de um contexto social contratualista e pela gradual e sistemática alienação e disciplinarização do sujeito-criador para efetivo controle do intempestivo e do imponderável, com vistas à sobrevivência, ao crescimento e à perpetuação, em moldes incrementais, de todo o processo.

Nessa longa linha do tempo sumarizada de forma absolutamente selvagem, podemos ver o fordismo-taylorismo tanto como a plethora (ao olharmos para o mundo fabril da primeira metade do século XX) como, por esse mesmo motivo, o próprio início da derrocada desse modelo. Em especial a partir das décadas de 1960 e 1970, quando nos deparamos com diversos elementos denunciadores da desarticulação de suas dimensões espaço-temporais: reorganização industrial a partir de processos de automatização e de externalização produtiva (descentralização); crescente desvalorização da dimensão fabril do trabalho; abertura social e territorial dos conflitos e da própria relação salarial; aumento das pressões sociais para universalização do Estado de bem-estar, entre inúmeros outros aspectos (COCCO, 1999).

Elementos anunciadores da completa transformação do regime de acumulação e valorização capitalista, que passaria de fabril a cognitivo. Um contexto no qual o padrão de acumulação passou a se basear eminentemente nos processos reprodutivos (tornados produtivos) da sociedade, impondo a produção constante e intermitente do "novo" (COCCO, 1999; COCCO; SILVA; GALVÃO, 2003). Uma nova forma como o capital é dotado de valor,² enfim. Instalada, assim, no cerne dessa sociedade e desse novo regime de acumulação baseados no conhecimento e na inovação, a noção de "trabalho imaterial" torna-se central para a argumentação aqui pretendida.

Trabalho vivo e social

Grosso modo, o que o conceito expressa é o caráter dominante das externalidades, exprimindo um "transbordamento" no que tangem os lugares de produção de riquezas e de circulação: "se o que é exterior ao mercado e exterior à firma ultrapassa a firma e o mercado é porque a produção de riquezas está em outro lugar que não a firma, e o mercado não é representativo da troca de riquezas" (CORSANI, 2003, p. 15). Transformações que vêm alterando as naturezas do trabalho (e da forma como se produz valor), do espaço onde a produção ocorre, do sujeito produtor (e da subjetividade mobilizada), bem como do tempo de produção, fazendo com que "o ciclo do trabalho imaterial seja pré-constituído por uma força de trabalho *social e autônoma*" (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 26-27). Um trabalho vivo "que existe como processo e como ato" (MARX citado por COCCO, 1999, p. 274) que não se subsume mais dentro do sistema de máquinas (trabalho morto). E que, sendo processo e ato, é social.

Mobilização dos territórios e a conformação de redes

Visto que o trabalho vivo é eminentemente social, há uma rearticulação espaço-temporal da produção industrial, para além de simples externalizações, significando uma transformação da relação da fábrica com seu entorno. O regime fabril generaliza-se para a sociedade, e o desempenho das empresas depende cada vez mais do território, então entendido como meio social (COCCO, 1999). Um ciclo econômico que se qualifica pela integração produtiva dos consumidores (o usuário/consumidor transforma-se em usuário/produtor) e pela proliferação disseminada dos atos criativos, linguísticos e comunicativos (COCCO, 1999). Com isso, as redes conformadas pelas NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação – tornam-se estratégicas, assim como os recursos sociais e culturais distribuídos nos territórios. Daí o fato de que, "hoje em dia, o conflito se dá diretamente dentro das condições de integração de produção e reprodução – dentro da produção de formas de vida. (...) Ele não sucede à mobilização produtiva, mas a determina e constitui" (SILVA; COCCO, 2006, p. 192). Encontramo-nos, assim, em um regime de acumulação que "implica a mobilização da subjetividade do trabalhador, de sua capacidade de enfrentar o aleatório, o imprevisível, o evento" (COCCO, 1999, p. 270).

[83]

Tempo global, multidão e a produção biopolítica do comum

Em função dessa transformação radical do sujeito diante da produção (de pura subordinação ao capital para uma potência/capacidade produtiva baseada na linguagem e na cooperação), encontramos-nos em um regime de acumulação que mobiliza o tempo de vida global, onde os tempos de produção e de lazer são indistinguíveis (LAZZARATO; NEGRI, 2001). Isso porque

o capital (...) não é uma forma pura de comando, mas sim uma relação social, e depende (...) de subjetividades produtivas que são internas, porém antagônicas a ele. (...) Nas formas recentemente dominantes de produção que implicam informação, códigos, conhecimentos, imagens e afetos, por exemplo, os produtores exigem cada vez mais um alto grau de liberdade assim como acesso aberto ao comum, especialmente em suas formas sociais, tais como redes de comunicação, bancos de informação e circuitos culturais (HARDT; NEGRI, 2009, p. 4).

Museus aí incluídos.

O desenvolvimento dessas "subjetividades produtivas", cerne do capitalismo cognitivo e do trabalho imaterial, faz transparecer a característica biopolítica da produção contemporânea, qual seja, formas de vida produzindo formas de vida: seu núcleo central não é a produção de objetos para sujeitos (mercadorias), mas a própria produção de subjetividades (HARDT; NEGRI, 2009). Assim, na medida em que a produção no

capitalismo cognitivo não pode mais ser encarada somente em termos econômicos, mas sim de forma mais ampla (produção social), outro sujeito social faz-se necessário. A "multidão" – esse outro sujeito social resgatado à filosofia política por Hardt e Negri (2005, p. 12) – é múltipla e "composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única." E nisso residem tanto seu aspecto econômico como sua dimensão política.

Reperspectivando o papel do museu nos dias de hoje

Assim, sendo o trabalho contemporâneo vivo e social, produzido por uma multidão de singularidades constituída por (e constituinte de) um comum (linguístico, afetivo, comunicacional, relacional etc.) disperso pelo território das redes, uma readequação da forma como analisamos o museu contemporâneo a partir da assunção de mudanças ocorridas nesse paradigma produtivo torna-se não apenas necessária, mas inevitável.

Lazzarato e Negri (2001, p. 41), comentando sobre o papel intelectual no capitalismo cognitivo, alegam que "é no nível do próprio agenciamento coletivo que ele intervém". É no interior do próprio mundo do trabalho que sua ação se dá. Podemos ter o mesmo pensamento no que tange à atuação do museu contemporâneo. É no mundo redimensionado do trabalho anteriormente sumarizado (da produção biopolítica, das subjetividades, dos afetos etc.) que ele age. Assim, se é verdade que o que temos visto nos últimos tempos é a insustentabilidade do projeto moderno (LATOURET, 1994), o que pode, então, a forma-museu, no atual regime de acumulação, diante do poder constituinte da multidão? Da desmaterialização do trabalho? Da produção biopolítica do comum?

Com o deslocamento, nos últimos cem anos, dos centros de criação de valor e de inovação das grandes fábricas para os escritórios e destes para o território e para as dinâmicas do mundo-da-vida, a informação que se torna central para a (re)produção e (re)valorização do capital deixa de ser exclusivamente a materializada em algum suporte (físico ou eletrônico) – o documento e o documentado dos grandes bancos de dados, o "objeto-informante" dos museus etc. – e passa a ser, ela também, biopolítica, pois atrelada ao ser vivente enquanto ser produtivo, criativo, comunicacional, relacional, cultural, enfim.

Conforme já demonstrado pela antropologia contemporânea, a cultura é múltipla e, em sua multiplicidade, é criativa e inovadora (CERTEAU, 1995; WAGNER, 2010). Arte é a própria vida. Algo intrinsecamente coletivo e efêmero, já que associado a um ato. Não necessariamente a obra oriunda de um gesto *ex-nihilo* ou mesmo singular patrimonializada em galerias e museus.

Estes – que passaram de uma concepção clássica (centrada no edifício e na relação entre um público passivo e um objeto sacralizado) para uma "nova museologia" a partir da década de 1970 (centrada no território e na relação de uma população com seu patrimônio) – revitalizam-se e espetacularizam-se, assumindo um papel central em nossa atual sociedade do consumo.

Partes de um dispositivo foucaultiano de saber e subjetivação, centrais de cálculo latourianas, os museus foram agentes do poder soberano no capitalismo mercantil; tornaram-se agentes disciplinares no capitalismo industrial; nos dias de hoje, viraram agentes de governos e mercados nas estratégias de requalificação urbana que visam adaptar as cidades para a competição global em andamento em torno de locais para ir ou estar.

Em tempos de capitalismo cognitivo e trabalho imaterial, quando a produção espalha-se pelo território e as cidades espetacularizam-se, quando a arte (na verdade, a cultura como um todo) torna-se a próxima fronteira para se procurar uma métrica diante da crise do valor, o museu requalifica-se, conformando-se como uma possível nova "fábrica" contemporânea. Uma fábrica da cultura (do imaterial, de afetos, de singularidades, de subjetividades, de formas de vida etc.), redimensionando suas estratégias de captura (e também de geração) de valor, ao abrir-se para (e sobre) o território e as dinâmicas que lhe dinamizam. Investigar esse seu papel no capitalismo contemporâneo é certamente um desafio a ser empreendido.

E a segunda redução?

Bem, esta diz respeito ao fato de que só falamos de uma dimensão, de uma face desta moeda: os devires do ponto de vista de sua captura. Na verdade, museus são espaços relacionais. São agentes de poder, sim. Modificam-se com as próprias transformações do

capital, sim. Porém, como já lembrou brilhantemente Foucault (1979), onde há poder, há resistência. Ou, como ponderou Negri (2001), mais recentemente, "ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação".

Com os museus, mesmo em tempos de capitalismo cognitivo, desmaterialização do trabalho, espetacularização das cidades, captura de subjetividades e consumo de devires, não é diferente. Mas o espaço deste breve texto esgotou-se e essa parte da história fica para outra ocasião.

NOTAS

^[1] Este texto é parte de um projeto maior de pesquisa de doutorado, ainda em andamento, intitulado "Quando a cidade espetaculariza-se e o museu vira a nova fábrica: tensões culturais e dinâmicas informacionais no capitalismo cognitivo", desenvolvido sob a orientação do professor doutor Giuseppe Cocco, no âmbito do programa de pós-graduação em Ciência da Informação do convênio IBICT/UFRRJ, com o auxílio da Capes.

^[2] Claro está que, no fordismo, a inovação já existia, mas apenas como exceção, visto que a valorização incidia sobre o controle do tempo de reprodução de mercadorias padronizadas. O que acontece hoje é que a exceção tornou-se a regra: "a valorização repousa sobre o conhecimento, sobre o tempo de sua produção, de sua difusão e de sua socialização, que as NTIC [Novas Tecnologias de Informação e Comunicação] permitem, enquanto tecnologias cognitivas e relacionais" (CORSANI, 2003, p. 17).

REFERÊNCIAS

CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

COCCO, G. A nova qualidade do trabalho na era da informação. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 262-289.

_____. Introdução. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 7-23.

_____; SILVA, G.; GALVÃO, A. P. Introdução: conhecimento, inovação e redes de redes. In: _____. (Org.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, rede e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 7-14.

CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, G.; SILVA, G.; GALVÃO, A. P. (Org.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, rede e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15-32.

COUTO, R. Com Parque Ferrari e Louvre, Abu Dhabi é a próxima "Dubai" do Oriente Médio. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blog/blogturismo/?id=962577>>. Acesso em: 1 abr. 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____; _____. *Commonwealth*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 2009.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. Trabalho imaterial e subjetividade. In: _____. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 25-41.

NEGRI, A. *Exílio: seguido de valor e afeto*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SILVA, G., COCCO, G. (Org.). *Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Sebrae, 2006.

THIELMANN, B. Um moderno espaço de cultura. *Jornal da Globo*, Rio de Janeiro, 10 ago. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1262130-16021,00UM+MODERNO+E+SPACO+DE+CULTURA.html>>. Acesso em: 1 abr 2013.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.